

**Serviço Social e descolonialidade: relações entre Questão Colonial e Questão Social no Brasil<sup>1</sup>**

**Manuela Fonseca Pinheiro dos Santos<sup>2</sup>**

O termo “Questão Social” surgiu pela primeira vez na Europa ocidental, pós Revolução Industrial, para sintetizar o pauperismo que acometia a região; que jamais havia se registrado na história; e que provocava movimentos de contestação. Desde então, as Ciências Sociais e suas distintas especialidades e perspectivas teóricas, buscaram construir esse conceito com o ímpeto de entender e transformar a realidade. Entre as disciplinas que se inserem nessa busca, está o Serviço Social, que, no Brasil, desde o fim dos anos 80, buscou defini-lo a partir do marxismo. Embora Netto (2001, p.45) afirme que tal expressão não é marxiana, o autor aponta que

[...] é apenas com a publicação, em 1867, do primeiro volume d'O Capital, que a razão teórica acedeu à compreensão do complexo de casualidades da “questão social”. Somente com o conhecimento rigoroso do “processo de produção do capital” Marx pôde esclarecer com precisão a dinâmica da “questão social”, consistente em um complexo problemático muito amplo, irredutível à sua manifestação imediata como pauperismo.

Nesse sentido, Santos (2008) entende que a origem teórica e histórica da “Questão Social” se fundamenta na concepção marxiana sobre a lei geral de acumulação capitalista, na crítica à economia política, e nas relações entre capital e trabalho que se estruturam na

---

<sup>1</sup> GT01 - Descolonizando as ciências sociais: desafios teórico-metodológicos do século 21.

<sup>2</sup> Assistente Social formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestranda em Estudios Latinoamericanos na Universidad Nacional de Cuyo (UNCUYO) e bolsista do Ministerio de Educación y Deportes de la Republica de Argentina. Estudante da Especialização em “Epistemología del Sur” do Centro Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). E-mail: manuelafonsecaps@gmail.com

Europa do século XIX, as quais foram determinantes para a intensificação do pauperismo, da luta operária e da emergência das leis trabalhistas por volta de 1830.

Ao transladar e adaptar esse conceito à realidade brasileira, os autores do Serviço Social - no marco do projeto ético-político hegemônico - apontam que a Questão Social surge com o avanço da industrialização na década de 1930; a agudização do pauperismo; a emergência da classe proletária organizada, e a luta por direitos na arena do Estado. Ademais, entendem que as atuais desigualdades sociais, de gênero, étnico-raciais, territoriais, geracionais, ... - as quais se materializam no não acesso ao trabalho, renda, saúde, educação, habitação, previdência social entre outras – são expressões da Questão Social, isto é, são consequências/desigualdades originárias dessas contradições entre capital e trabalho, potencializadas desde a década de 1930.

No entanto, desde um olhar latino-americano para tal conceito, identifica-se uma raiz eurocêntrica latente. Nas produções que buscam defini-lo - como Iamamoto (2001), Iamamoto e Carvalho (2012), Pastorini (2004), Netto (2011) e Santos (2012), Vansconcelos (2015) entre outras inseridas no Projeto Ético-Político hegemônico – observa-se que primeiro se analisa a formação do capitalismo europeu e o surgimento da Questão Social nos países centrais, para, posteriormente, olhar a realidade brasileira e latino-americana, reproduzindo – inconscientemente ou não - o relato europeu que a história tanto se inicia na Europa, como é marcada por etapas as quais todos os países passarão, ocultando elementos fundantes da formação brasileira que se diferenciam do contexto europeu. Desde essa perspectiva, a gênese da Questão Social no Brasil e na América Latina está no desenvolvimento do modo de produção capitalista baseado na industrialização, sem considerar que essa industrialização não foi produto de um desenvolvimento de forças produtivas e da formação de um mercado interno, foi resultado também da necessidade dos países centrais em liberar-se da tecnologia obsoleta da Revolução Industrial, potencializando relações de dependência determinantes economicamente. Tampouco é feita a observação que essa classe operária emergente, foi conformada por uma maioria

branca e masculina. Assim, frente a essas breves reflexões, pergunta-se: onde se encontra nesse conceito o processo colonizador, que reverbera até hoje, marcado pelo trabalho escravo e a marginalização do negro e do indígena, bem como a naturalização do patriarcado?

Esse questionamento se potencializa quando novamente se volta o olhar para a realidade brasileira e identifica-se uma expoente desigualdade não só de classe, mas também de raça/etnia e gênero, como denunciam distintos movimentos sociais, e aponta o estudo “Retratos das desigualdades de gênero e raça” do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas de Brasil (IPEA, 2011). Conforme os dados da pesquisa, identificou-se que 51,1% da população brasileira se declara negra, e 48,2% branca; que o percentual de homens brancos é de 47%, e de negros 52%; e que o percentual entre mulheres brancas e negras é de 49,3% e 49,9% respectivamente, mas:

- A expectativa de vida dos homens brancos e mulheres brancas aumentou significativamente entre 1995 e 2009, e a dos homens negros e mulheres negras não teve grandes alterações;
- A renda domiciliar per capita de um homem branco chefe de família é de R\$ 997, já de uma mulher negra é de somente R\$ 491;
- As mulheres brancas possuem uma taxa de escolarização universitária de 23,8%, as mulheres negras apresentam somente 9,9% e os homens negros 6,9%;
- A população branca é majoritária nos serviços de saúde privado, enquanto a população negra nos serviços públicos;
- Os homens e mulheres brancos possuem maior proteção social vinculadas a empregos formais, e os homens e mulheres negros a proteção social é vinculada a situação de pobreza, como o Bolsa Família;
- A maior taxa de desemprego está entre as mulheres negras;

Frente a esse contexto, começa-se a questionar que fundamentar histórica e teoricamente a Questão Social somente no conflito burguesia e proletariado, na contradição entre capital x trabalho, significa arriscar-se em desconsiderar toda a história de dominação, exploração europeia, e escravidão no Brasil, anterior ao período da industrialização. É arriscar-se em não considerar que antes dos sindicatos e do movimento

operário, existiu resistência negra, como o Quilombo de Palmares, e resistência indígena. Significa arriscar-se em não levar em consideração que com o fim da escravidão o Estado brasileiro optou pela imigração europeia para “branquear” a sociedade, e que a classe trabalhadora foi conformada por uma maioria branca, marginalizando a população negra. Consiste em arriscar em reproduzir o histórico relato racista, sexista e machista em que o protagonismo tanto na reprodução das relações sociais e de produção, como na resistência a elas, é masculino, heterossexual e branco, como se fossem os únicos construtores e agentes da história e da transformação. Significa arriscar-se a ocultar que as mulheres negras e indígenas tanto foram utilizadas como instrumento para promover a mestiçagem da população e “melhorar a raça”, quanto buscaram resistir de inúmeras formas ao decorrer da história. Isto é, é arriscar-se em desconsiderar as contradições, antagonismos e conflitos ocasionados já nos primeiros anos da conquista, marcados tanto por dominações racistas, como patriarcais, as quais reverberam até hoje e vem sendo assinaladas como fundamentais não só por grandes pensadores, mas principalmente denunciada pelo movimento negro, pelo movimento de mulheres negras, pelo movimento indígena, e outros movimentos sociais nas últimas décadas. Ou séculos atrás, como os inúmeros Quilombos espalhados pelo Brasil e por outros países da América Latina, ou então como Revolução Haitiana (1792) e a defesa da igualdade entre raças, ou ainda como o primeiro registro de resistência indígena nas ilhas do caribe ainda em 1493.

Assim, passa-se não a negar, mas sim a reivindicar a necessária ampliação teórica e histórica do conceito, uma vez que não é possível pensar a Questão Social sem pensar na *Questão Colonial*, e que tal não é somente uma etapa da formação econômica, política e social da América Latina; mas sim é um processo de constante dominação, um constante processo de *colonialidade* marcado por dominações, explorações, contradições e conflitos que seguem latentes na sociedade atual. Nesse sentido parece fundamental voltar aos escritos do peruano Mariátegui, que sinaliza a necessidade de pensar a questão indígena na América Latina; nas propostas de descolonização e luta contra o imperialismo,

colonialismo, racismo e capitalismo dos martiniquenses Frantz Fanon e Aimé Césaire; nos aportes dos brasileiros Marini e Santos sobre a teoria da dependência; nos escritos do peruano Aníbal Quijano, que nos revelam a colonialidade do poder e a classificação social da população sobre a ideia da raça; nas contribuições do venezuelano Edgardo Lander sobre o eurocentrismo das Ciências Sociais; nos escritos do mexicano Pablo Casanova sobre o colonialismo interno; na problematização do argentino Enrique Dussel sobre a origem eurocêntrica da filosofia, questionando seu nascimento na Grécia, e reconhecendo a filosofia em distintos povos; na denúncia de Abdias Nascimento sobre o genocídio do negro brasileiro; nas contribuições de Kabengele Munanga sobre a negritude; nas lutas das feministas negras estadunidenses que se transformaram em referências para pensar na relação e intersecção entre classe, raça e gênero, como Stewart, Truth, Rosa Parks, Angela Davis e outras; nas feministas negras brasileiras, como Lélia Gonzalez e a construção do conceito de “amefricanidade” denunciando a mestiçagem contemporânea como um novo projeto de cunho eurocêntrico, e como Sueli Carneiro e a noção de “epistemicídio” dos povos negros e a necessidade de “enegrecer o feminismo”; nos avanços dos feminismos descoloniais latino-americanos apresentados por Maria Lugones e Rita Segato, que a partir das experiências dos feminismos negros, pós-coloniais e dos estudos subalternos, atentam para como o enraizamento do patriarcado também é oriundo do processo colonizador; entre outras inúmeras contribuições que visam romper com históricos silenciamentos teóricos, práticos e epistemológicos típicos do eurocentrismo das Ciências Sociais.

Defende-se, assim, a necessidade de ter em conta não só esses escritos, mas principalmente as denúncias dos movimentos, porque, ao não os ter, o risco de reproduzir um modo de pensar que não considera como estruturante da sociedade racismo e patriarcado, articulado ao capitalismo, é maior. Ao realizar uma breve aproximação a algumas produções teóricas do Serviço Social que enfocam em discussões étnico-raciais, é possível observar, justamente, as refrações desse modo de pensar que não inclui a dominação racista como estruturante de nossa sociedade. Artigos como os de Junior

(2007) e Rocha (2011) demonstram a escassa publicação de trabalhos nos Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e nas revistas “Serviço Social e Sociedade” e “Temporalis”; a diminuta produção de livros específicos sobre o tema; e a pouca publicação de teses e dissertações no âmbito das pós-graduações. Já Eurico (2013) em uma produção sobre o racismo institucional no exercício profissional, identificou que não há só um desconhecimento muito grande entre os profissionais sobre questões relacionadas a raça-etnia, como preconceitos muito fortes que interferem em tal exercício. Conceição (2014) identificou o mesmo, mas no âmbito da graduação, através de relatos de preconceitos e críticas à política de ações afirmativas por parte de alguns estudantes. Lopes (2014) e Oliveira (2015), em suas dissertações sobre a formação em universidades da Bahia e do Brasil, respectivamente, evidenciaram que nos planos de ensino e nos currículos dos cursos, constam ínfimas referências bibliográficas e poucas disciplinas que abordam tais questões. Inclusive, Lopes (2014), em entrevista com estudantes, identificou que os próprios reconheceram o pouco que estudam, e ainda questionaram como uma universidade com maioria negra, em um estado com maioria negra, não se estudam questões étnico-raciais durante a formação. Além disso, Oliveira (2015), em suas considerações finais defende a necessidade de entender a Questão Social desde o Brasil Colônia.

Sendo assim, frente a essa breve e principiante caminhada pelo conceito de Questão Social, pelos distintos autores que pensam desde o Sul, e por algumas produções de conhecimento, se passa a defender a necessária ampliação teórica e histórica do conceito de Questão Social utilizado pelo Serviço Social brasileiro. Tal ampliação não é no sentido de afirmar que existem “múltiplas questões sociais” ou que há uma “nova questão social”, pois, uma suposta “velha” nunca foi resolvida, mas sim que a “nossa questão social” deve ser vinculada a uma “questão colonial”, marcada por contradições, explorações, antagonismos e conflitos que iniciam com o processo de conquista e colonização do Brasil. Portanto, parece, historicamente e teoricamente, inconsistente,

mas, principalmente eurocêntrico, seguir sustentando que dominações raciais e patriarcais são somente consequências do modo de produção capitalista, são “expressões da Questão Social”, e se passa a entender que constituem a “nossa questão social” que se origina já no processo de colonização. Por fim, todas essas reflexões não se originam de uma pura ânsia de abstrações, senão de que o Serviço Social é um curso que forma profissionais que não só intervêm nessas desigualdades apresentadas pelo estudo do IPEA (2008), mas também que contribuem na construção de políticas sociais para essa realidade, e produzem conhecimento sobre tal, sendo, assim, fundamental levar em consideração todos os tentáculos de um capitalismo, que não é somente capitalismo, é também um capitalismo patriarcal racialmente estruturado.

### Referências

- EURICO, M. C. A percepção do assistente social. *Serviço Social e Sociedade*. Cortez, São Paulo, n.114, 2013
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. A Questão Social no capitalismo. *Temporalis*, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, 2001.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico*. São Paulo: Cortez, 2012.
- IPEA. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Brasília: IPEA, 2011.
- JUNIOR, Jonilson Santana M. Serviço Social e questão racial: um balanço da produção teórica no PósDurban. *Libertas*: Rio de Janeiro, v.13, n.1 2007.
- LOPES, Joyce Souza. *A emergência da abordagem étnico-racial na formação em Serviço Social na Universidade Federal do Recôncavo Baiano*. Dissertação (Mestrado) Cachoeira: UFRB, 2014.
- NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da Questão Social. *Temporalis*, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, 2001.
- OLIVEIRA, Juliana Marta. *A transversalidade da questão étnico-racial nos currículos dos cursos de graduação em Serviço Social das*. Dissertação (Mestrado) Salvador: UFBA, 2015
- PASTORINI, Alejandra. *A Questão Social em Debate*. São Paulo: Cortez, 2004.

Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul  
v. 2, n. 1, 2018.

ROCHA, Roseli. Da F. A Questão Étnico-Racial e a sua relevancia no processo de formação em Serviço Social. XI Congresso Luso Afro brasileiro em Ciências Sociais (p. 16). Salvador: UFBA, 2011.

SANTOS, J. S. *Questão Social: particularidades no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2012.

VANSCONCELOS, A. M. *O/A assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico práticas*. São Paulo: Cortez, 2015.